

Questão 1: Entre as proposições abaixo, indique aquela que **NÃO** se configura como normas de auditoria, geralmente aceitas, relativas à pessoa do auditor e à execução do trabalho.

- a) O auditor deve ser independente em todos os assuntos relacionados com seu trabalho.
- b) O auditor deve aplicar o máximo de cuidado e zelo na realização de seu exame e na exposição de suas conclusões.
- c) Os procedimentos de auditoria devem ser estendidos e aprofundados até a obtenção dos elementos comprobatórios necessários para fundamentar o parecer do auditor.
- d) A auditoria deve ser executada por pessoa legalmente habilitada, perante o CRC.
- e) O auditor deve se informar sobre o sistema contábil e o controle interno da empresa, como base para determinar a confiança que neles pode depositar, bem como fixar a natureza, a extensão e a profundidade dos procedimentos de auditoria a serem aplicados.

Questão 2: A inspeção de documentos, internos e externos, é um dos principais procedimentos de auditoria. Dentre os exemplos abaixo, qual representa um documento interno em que deve ser feita inspeção, visando constatar a veracidade dos valores registrados?

- a) Mapa de licitação de compras.
- b) Escrituração de imóveis.
- c) Certificados de propriedade de veículos.
- d) Contratos.
- e) Apólice de seguro.

Questão 3: Das proposições abaixo, marque aquela que **NÃO** pode ser considerada como correta em relação aos princípios fundamentais dos controles contábeis.

- a) Responsabilidade, rotinas internas, confronto dos ativos com os registros, acesso aos ativos.
- b) Segregação de funções, auditoria interna, auditoria externa, acesso aos ativos.
- c) Segregação de funções, confronto dos ativos com os registros, rotinas internas, responsabilidade.
- d) Rotinas internas, amarrações do sistema, confronto dos ativos com os registros, segregação de funções.
- e) Acesso aos ativos, segregação de funções, rotinas internas, responsabilidade.

Questão 4: Marque a opção que **NÃO** pode ser considerada como uma avaliação do sistema de controle interno.

- a) Determinar os erros ou irregularidades que poderiam acontecer.
- b) A existência de entidades associadas e partes relacionadas.
- c) Verificar se o sistema atual de controles detectaria, de imediato, erros ou irregularidades.
- d) Analisar as fraquezas ou falta de controle, que possibilitam a existência de erros ou irregularidades, a fim de determinar natureza, data e extensão dos procedimentos de auditoria.
- e) Emitir relatório-comentário dando sugestões para o aprimoramento do sistema de controle interno da empresa.

Questão 5: Um dos principais objetivos dos papéis de trabalhos de auditoria é:

- a) fornecer dados para a empresa elaborar as demonstrações financeiras.
- b) ajudar o auditor no preparo das demonstrações contábeis e do relatório do conselho de administração.
- c) atender às normas de auditoria geralmente aceitas.
- d) ajudar a empresa na maximização de seus lucros.
- e) determinar o grau de envolvimento da auditoria interna, se existente.

Questão 6: Pelas normas de auditoria geralmente aceitas, o trabalho de auditoria deve ser adequadamente planejado visando um serviço de excelente qualidade ao menor custo possível. Os principais objetivos a serem atingidos são os seguintes, **EXCETO**:

- a) adquirir conhecimento sobre a natureza das operações, dos negócios e forma de organização da empresa.
- b) identificar previamente problemas relacionados com contabilidade, auditoria e impostos.
- c) obter maior cooperação do pessoal da empresa.
- d) planejar maior volume de horas nas auditorias posteriores.
- e) determinar a natureza, amplitude e datas dos testes de auditoria.

Questão 7: Marque a proposição em que há somente contas em que devem ser feitos testes para detectar possível superavaliação:

- a) caixa; financiamentos obtidos; bancos; despesas de comissão; FGTS a recolher.
- b) adiantamento a fornecedores; despesa antecipada de seguros; empréstimos e obrigações; provisão para férias.
- c) PIS a recolher; despesas pré-operacionais; depreciação acumulada; contas a pagar.
- d) aplicações em debêntures; debêntures a pagar; financiamentos concedidos; provisão para devedores duvidosos.
- e) ações em tesouraria; financiamentos concedidos; aplicações em incentivos fiscais; IPI a recuperar.

Questão 8: Em relação às proposições abaixo, marque aquela que é **CORRETA**.

- a) As requisições de compra representam um documento interno da empresa.
- b) O procedimento de auditoria de contagem física normalmente é utilizado para as contas da demonstração do resultado do exercício.
- c) As contas devedoras (ativo e despesas) são testadas para subavaliação.
- d) O objetivo principal do auditor externo ou independente é emitir um relatório-comentário descrevendo os problemas constatados durante o exame de auditoria.
- e) O relatório do conselho de administração faz parte das demonstrações financeiras, para as quais o auditor tem de emitir seu parecer.

Questão 9: Desfalques podem vir a ocorrer nas entidades, principalmente devido às limitações do controle interno. Tais desfalques podem ser temporários ou permanentes. Das proposições abaixo, marque aquela que é exemplo de desfalque permanente.

- a) O funcionário desvia recebimentos de venda a prazo antes de seu registro inicial e apura os saldos das contas do razão geral de duplicatas a receber e receita na venda de bens a menos, em quantia idêntica ao valor de desfalque.
- b) O funcionário, responsável pelo pagamento aos fornecedores, efetua um desfalque na empresa, apagando o nome do fornecedor beneficiário no cheque e colocando seu nome.
- c) O funcionário responsável pela custódia dos talonários de cheques em branco efetua um desfalque na empresa, falsificando as assinaturas (são exigidas duas assinaturas) em um cheque.
- d) O funcionário desvia recebimentos de venda a prazo antes de seu registro inicial e altera os registros analíticos de duplicatas a receber (tem uma ficha para cada cliente e representa o detalhe do razão geral de duplicatas a receber), de forma que esses registros concordem com os valores efetivamente devidos pelos clientes.
- e) O funcionário responsável pelo caixa desvia numerário da empresa e inclui no boletim de caixa falso de adiantamento para despesa de viagem (contabilizado em conta específica do ativo até a prestação de contas).

Questão 10: Das proposições abaixo, marque aquela que não pode ser citada como um dos principais procedimentos de auditoria de caixa e bancos.

- a) Cutoff de cheques.
- b) Teste das conciliações bancárias.
- c) Circularização dos saldos bancários.
- d) Contagem de caixa.
- e) Teste das duplicatas descontadas.

Questão 11: Um cheque emitido e contabilizado pela empresa, mas não apresentado no extrato bancário, seria demonstrado da seguinte forma na reconciliação bancária:

- a) aumento do saldo do razão analítico.
- b) redução do saldo do razão analítico.
- c) aumento do saldo do extrato.
- d) redução do saldo do extrato.
- e) não há alteração do saldo do extrato.

**PRÓ-REITORIA DE RECURSOS HUMANOS - PRORH
COMISSÃO PERMANENTE DE SELEÇÃO - COPESE
CONCURSO PÚBLICO PARA CARGO DE SERVIDOR
TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

Questão 12: Dentre os procedimentos de auditoria na conta estoques está o do teste de avaliação, devem ser feitos nas respectivas contas do razão de matéria-prima, produtos em processo e produtos acabados. Assinale, dentre as proposições abaixo, aquela referente a um dos testes de avaliação que deve ser feito somente para o grupo de produtos em processo.

- a) Conferir as informações com os registros analíticos de custos.
- b) Revisar, da mesma forma que as matérias-primas, os cálculos de apuração dos custos unitários durante o exercício social sob exame.
- c) Revisar os cálculos de apuração dos custos unitários durante o exercício social sob exame, de acordo com o método utilizado pela empresa (custo médio, PEPS, UEPS, etc.) e com base no registro de estoque.
- d) Comparar o custo unitário atual com o do ano anterior e investigar quaisquer anormalidades.
- e) Conferir as informações com os registros perpétuos de estoques.

Questão 13: Ao identificar matéria envolvendo incerteza relevante, não adequadamente divulgada nas demonstrações contábeis ou notas explicativas, o auditor independente deve emitir parecer:

- a) contendo um parágrafo de ênfase sobre o assunto.
- b) com ressalva ou opinião adversa.
- c) com abstenção de opinião ou não emiti-lo.
- d) sem ressalvas ou pleno.
- e) com a expressão “sujeito a”.

Questão 14: No teste de compras de matérias-primas, o auditor executa o seguinte procedimento, **EXCETO:**

- a) Confere o valor selecionado no registro com a documentação de compra.
- b) Seleciona os débitos para teste na conta do razão geral de gastos gerais de produção.
- c) Examina a documentação comprobatória da compra e atende quanto a sua autenticidade.
- d) Seleciona débitos para teste na conta do razão geral de matérias-primas.
- e) Confere a aprovação da compra.

Questão 15: Marque a opção que **NÃO** se configura como teste das receitas operacionais.

- a) Selecionar notas fiscais de venda para teste e ver as aprovações dos créditos.
- b) Conferir os cálculos dos rendimentos provisionados.
- c) Conferir a soma do registro intermediário de vendas.
- d) Conferir a soma do razão geral de receitas.
- e) Verificar a inclusão do valor total do registro final de vendas no razão geral de receitas.

Questão 16: É um tipo de parecer emitido por um auditor, **EXCETO**:

- a) parecer sem ressalvas ou limpo.
- b) parecer com ressalvas.
- c) parecer com a expressão “sujeito a”.
- d) parecer adverso.
- e) negativa de parecer.

Questão 17: Marque, dentre as proposições abaixo, aquela que **NÃO** está entre as situações que leva o auditor a emitir parecer diferente do parecer-padrão.

- a) Falta de uniformidade na aplicação dos princípios contábeis.
- b) Parte do exame efetuado por outros auditores independentes.
- c) Demonstrações financeiras estão de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade.
- d) Exposições informativas inadequadas.
- e) Incertezas quanto ao efeito de eventos futuros.

Questão 18: É um dos procedimentos básicos de auditoria do teste para subavaliação:

- a) selecionar débito e conferir seu valor com o valor total do registro final.
- b) selecionar parcela no registro final e conferir seu valor com o valor total do registro intermediário.
- c) selecionar parcela no registro inicial e conferir o seu valor com a documentação comprobatória.
- d) verificar e inspecionar o documento-suporte.
- e) conferir a soma do registro intermediário.

Questão 19: É um dos procedimentos básicos de auditoria do teste para superavaliação:

- a) selecionar parcela no registro intermediário e conferir seu valor com o valor total do registro inicial.
- b) verificar a inclusão do valor do documento no registro inicial.
- c) conferir a soma do razão geral.
- d) verificar a inclusão do valor do documento no registro inicial.
- e) verificar a inclusão do valor total do registro inicial no registro intermediário.

Questão 20: Assinale a opção abaixo que **NÃO** corresponde a um procedimento geralmente empregado na auditoria das contas a receber das entidades.

- a) confirmação de contas a receber de clientes.
- b) teste de avaliação das contas a receber de clientes.
- c) teste das duplicatas descontadas.
- d) teste das outras contas a receber.
- e) conferir os cálculos do orçamento projetado de contas a receber.

**PRÓ-REITORIA DE RECURSOS HUMANOS - PRORH
COMISSÃO PERMANENTE DE SELEÇÃO - COPESE
CONCURSO PÚBLICO PARA CARGO DE SERVIDOR
TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

Questão 21: Segundo a Constituição Federal, são competências do Tribunal de Contas da União, **EXCETO**:

- a) Apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
- b) Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
- c) Assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade.
- d) Requerer judicialmente, se não adotadas as providências recomendadas para o restabelecimento da legalidade, a suspensão da execução do ato impugnado.
- e) Aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.

Questão 22: Nos termos da Lei 4.320/64, é **CORRETO** afirmar sobre a realização de despesas que:

- a) o empenho é condição necessária, mas não suficiente, para o regular pagamento de despesas por parte da Administração Pública.
- b) é proibido o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento.
- c) a liquidação de despesa, ato consistente na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, precede o empenho.
- d) é proibido o empenho feito por estimativa.
- e) nos casos de calamidade pública, é permitida a realização de despesa sem prévia liquidação.

Questão 23: Segundo o entendimento doutrinário acerca dos princípios presentes na Constituição Federal de 1988 que regem o Orçamento Público, podemos afirmar que são eles, **EXCETO**:

- a) Princípio da legalidade.
- b) Princípio da capacidade contributiva.
- c) Princípio da anualidade.
- d) Princípio da universalidade
- e) Princípio da não-vinculação de receita de impostos.

Questão 24: Nos termos da Lei 8.429/92, em relação à improbidade administrativa é **INCORRETO** afirmar que:

- a) quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá à autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.
- b) ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.
- c) o sucessor daquele que causar, por ato culposos, lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente não está sujeito às cominações dessa lei até o limite do valor da herança.
- d) constitui ato de improbidade administrativa receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado.
- e) constitui ato de improbidade administrativa deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.

Questão 25: Ainda em relação à improbidade administrativa, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) qualquer pessoa poderá representar a autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- b) a representação, que poderá ser escrita ou oral, facultado o anonimato do representante, não necessitará indicar as provas sobre os fatos narrados.
- c) atendidos os requisitos da representação, a autoridade determinará a imediata apuração dos fatos que, em se tratando de servidores federais, será processada por uma comissão na forma prevista nos arts. 148 a 182 da Lei 8.112/90.
- d) a comissão processante dará conhecimento ao Ministério Público e ao Tribunal ou Conselho de Contas da existência de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade.
- e) havendo fundados indícios de responsabilidade, a comissão representará ao Ministério Público ou à procuradoria do órgão para que requeira ao juízo competente a decretação do sequestro dos bens do agente ou terceiro que tenha enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público.

Questão 26: Segundo o critério de classificação e definição de despesas da Lei 4.320/64, é **CORRETO** afirmar que:

- a) classificam-se como Despesas de Custeio as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, excluídas as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.
- b) as dotações destinadas à aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização podem ser classificadas como inversões financeiras.
- c) classificam-se como Transferências Correntes as dotações para despesas às quais corresponda contraprestação direta em bens ou serviços.
- d) são Despesas Correntes as Inversões de Capital.
- e) classificam-se como Despesas de Capital as dotações destinadas ao pagamento dos juros da Dívida Pública.

**PRÓ-REITORIA DE RECURSOS HUMANOS - PRORH
COMISSÃO PERMANENTE DE SELEÇÃO - COPESE
CONCURSO PÚBLICO PARA CARGO DE SERVIDOR
TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

Questão 27: Sobre o pagamento dos débitos resultantes de condenação judicial do Poder Público através do precatório, é **CORRETO** afirmar que:

- a) o Poder Público pode pagar os seus débitos resultantes de condenação judicial antes mesmo da apresentação do precatório.
- b) o regime do precatório não se aplica às entidades da administração pública indireta.
- c) a ordem de apresentação dos precatórios judiciais é meramente indicativa, e não vinculativa, para o Poder Público.
- d) a Constituição prevê que lei federal definirá um valor monetário único para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, valor esse que será tido como obrigação de pequeno valor, sendo dispensado, neste caso, o pagamento via precatório judicial.
- e) a exceção prevista na art.100, caput, da Constituição, em favor dos créditos de natureza alimentícia, não dispensa a expedição de precatório, limitando-se a isentá-los da observância da ordem cronológica dos precatórios decorrentes de condenação de outra natureza.

Questão 28: Sobre o chamado controle interno, tendo em conta o que dispõem a Constituição Federal e a Lei 4.320/64, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.
- b) dentre outras, é finalidade do controle interno comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- c) a verificação da legalidade dos atos de execução orçamentária será prévia, concomitante e subsequente.
- d) o controle da execução orçamentária compreenderá o cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços.
- e) quanto ao tempo, as prestações ou tomadas de conta se darão exclusivamente ao fim de cada exercício financeiro ou ao final de gestão.

Questão 29: Sobre os chamados Restos a Pagar, é **CORRETO** afirmar que a Lei 4320/64 dispõe:

- a) A existência de Restos a Pagar é expressamente vedada pela Lei, sendo tida como falta funcional do agente público que a ela deu causa.
- b) Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas, até o dia 20 de dezembro.
- c) Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas, até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas.
- d) Os empenhos que correm a conta de créditos com vigência plurianual, que não tenham sido liquidados, só serão computados como Restos a Pagar no penúltimo ano de vigência do crédito.
- e) Os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente não poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento anterior, mesmo que haja saldo para atendê-los.

**PRÓ-REITORIA DE RECURSOS HUMANOS - PRORH
COMISSÃO PERMANENTE DE SELEÇÃO - COPESE
CONCURSO PÚBLICO PARA CARGO DE SERVIDOR
TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

Questão 30: Nos termos da Lei Complementar 101, considera-se despesa de caráter continuada a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução, por um período superior a:

- a) dois exercícios.
- b) três exercícios.
- c) um exercício.
- d) cinco exercícios.
- e) quatro exercícios.